



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2017

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia de Saneamento do Pará, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2017, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis aceitos no Brasil, de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e as modificações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, que atendem aos padrões internacionais.

A EMPRESA - A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma sociedade por ações de economia mista, criada pelo Governo do Estado do Pará, nos termos da Lei Estadual nº 4.336, de 21 de Dezembro de 1970, com a missão de atender a população urbana do Estado do Pará com serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário, operando em 53 municípios e 9 vilas, com uma cobertura urbana de 65,72% e atendimento em 55,39% em abastecimento de água, e cobertura de 6,27% e 6,27% de atendimento em coleta de esgoto sanitário. A Companhia promove apoio técnico à elaboração dos Planos de Saneamento Básico nas vertentes de Abastecimento de Água e de Coleta de Esgoto Sanitário, acompanha o processo de regularização da concessão desde o Convênio de Cooperação, a elaboração do plano, audiências e consultas públicas, criação de conselhos e comitês de controle social, até a celebração do Contrato de Programa, que são ações contínuas sendo implementadas em diferentes estágios nos municípios onde a Companhia opera. Melhorar a qualidade dos serviços para satisfazer o cliente da COSANPA é o principal objetivo da Companhia.

DIRETORIA DE EXPANSÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAIS OBRAS CONCLUÍDAS EM 2017 -

Ananindeua: Conclusão das obras de Ampliação e Melhoria do Sistema de Tratamento e Distribuição de Água do Setor Sabiá - População a ser beneficiada: 36.582 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 1 - (FGTS/GEP: R\$ 2,77 milhões); **Belém:** Conclusão das obras de Ampliação e Melhoria do Sistema de Tratamento e Distribuição de Água do Setor Sideral - População a ser beneficiada: 28.390 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 1 - (FGTS/GEP: R\$ 4,91 milhões); Obras de revitalização da nova subestação elétrica de 3400 kva, do complexo são Brás, dos sistemas de abastecimento de água do município de Belém- Fonte de recursos FGTS/GEP: R\$ 3,46 MILHÕES; Execução de serviços para reuso de águas pluviais para consumo não potável, na área de contribuição do telhado da ESCOLA COMUNITÁRIA DO PANTANAL - anexo da Escola Municipal Ruy da Silveira Brito, bairro Curú Utinga, no município de Belém, estado do Pará. Prazo de execução: 03 meses, valor R\$ 39.343,05.

Itaituba - Conclusão das obras de Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água- População a ser beneficiada: 57.308 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 1 (FGTS/GEP: R\$ 18,39 milhões); **Marabá** - Execução de obras e serviços emergenciais para solucionar o abastecimento de água no município de Marabá em virtude da estiagem do Rio Tocantins - Valor: R\$ 672.718,38.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DE OBRAS EM ANDAMENTO EM 2017 - Belém: Ampliação e Melhorias do

Sistema de Esgotamento Sanitário da área Central de Belém (Estação de Tratamento de Esgoto sanitário e Estação Elevatória do Setor UNA), em Belém - População a ser beneficiada: 87.500 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 1 (FGTS/GEP: R\$ 78,09 milhões). Obra em andamento, com 39,66% executada; **Marabá:** Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água, em Marabá - População a ser beneficiada: 221.885 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 1 e 2 (FGTS/OGU/GEP: R\$ 149,96 milhões). Obra em andamento, com 96,16% executada; **Breves:** Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água, em Breves - População a ser beneficiada: 52.052 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 2 (OGU/GEP: R\$ 29,10 milhões). Obra em andamento, com 39,64% executada; **Moju:** Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água, no Moju - População a ser beneficiada: 25.118 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 2 (FGTS/GEP: R\$ 28,80 milhões). Obra em andamento, com 44,42% executada; **Oriximiná:** Retomada das obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Oriximiná (1ª e 2ª Etapas) - População a ser beneficiada: 41.357 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 1 e 2 - (OGU/GEP: R\$ 35,65 milhões). Obra em andamento, com 8,49% de execução; **Castanhal:** Retomada das obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Castanhal - População a ser beneficiada: 121.000 habitantes - Fonte de Recursos: CEF 1 e 2, CEF II DI, PAC 1 e 2 - (FGTS/GEP: R\$ 100,34 milhões). Contrato assinado em 19/10/2017; **Região Metropolitana de Belém-RMB:** Execução das obras de Revitalização e Modernização da 1ª Etapa da Estação de Tratamento de Água do Complexo Bolonha, envolvendo os municípios da RMB- População a ser beneficiada: 2.122.733 habitantes - Fonte de Recursos: PAC 2 - (FGTS/GEP: R\$ 148,95 milhões). Obra iniciada em outubro/2017.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: No ano 2017, para o suprimento de água à população dos 53 municípios no Estado do Pará, a COSANPA operou e manteve 770 unidades operacionais. Destacam-se, em 2017, as seguintes melhorias nos sistemas de abastecimento de água:

1) Assentamento e substituição de 3.089 metros de rede de distribuição, executados na Região Metropolitana de Belém - RMB; 2) Operacionalização do novo poço profundo perfurado no Bengui, eliminando a precariedade no abastecimento de água da área atendida; 3) Reparos em adutoras e redes de distribuição de água para suprimir um total de 8.592 vazamentos da Capital e do Interior, correspondente a 98,44% das Ordens de Serviços registradas, sendo 5.106 na Capital e 3.486 no Interior; 4) Recuperação de 348 equipamentos eletromecânicos. **SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** A empresa realizou ações de reabilitação no sistema de esgotamento sanitário, visando o melhor desempenho operacional, destacando-se a desobstrução de um total de 41.306 metros de rede coletora de esgoto e de ramais prediais de esgoto, sendo 37.344 metros de rede coletora e 3.962 metros de ramais prediais, bem como a recuperação de um total de 382 metros referentes a ramais prediais e redes coletoras de esgoto, sendo 164 metros de ramais prediais e 218 metros de redes coletoras.

DIRETORIA DE MERCADO - Destaca-se o aumento no 2º semestre de 13 para 39 equipes de corte/releição para o combate a inadimplência; Reajuste Tarifário ocorrido em 09/05/2017 com vigência a partir de 09/06/2017 de 35%, conforme Resolução nº 001/2017 CSA AMAE, sendo efetivados apenas 17,5% conforme decisão Judicial da Ação Pública, processo nº 08102498720178140301 - Defensoria Pública do Estado do Pará; O reajuste tarifário para o Município de Santarém foi requerido mais não foi autorizado pela Agência Reguladora.

Campanha de recuperação de créditos de clientes inadimplentes: De 01 de junho a 07 de agosto de 2017 realizamos a segunda edição da Campanha Conta em Dia, durante a qual realizamos 5.943 negociações, totalizando R\$ 4.850.812,43, com arrecadação imediata de R\$ 1.734.747,56; Já em 08 de novembro iniciamos a terceira edição da campanha, durante a qual se pretende negociar R\$ 11.876.494,90, com arrecadação imediata R\$ 4.247.034,58 das Contas a Receber, com débitos de até 10 anos; Atualização Cadastral, Faturamento e Ação de Cobrança dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário da SAAEB repassados pela Prefeitura Municipal de Belém; Ação judicial impetrada contra 08 grandes clientes inadimplentes, totalizando um débito de R\$ 2.438.152,58. Apesar, da alta dependência da celeridade do processo judicial, esta ação pretende uma recuperação de crédito em torno de 80%, descontadas as custas processuais.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E LOGÍSTICA - A Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística, manteve todas as ações para melhoria nas relações de trabalho dos empregados, sejam com as obrigações trabalhistas, melhorias nas condições de trabalho, melhorias nas instalações físicas, desenvolvimento e

implantação de sistemas, melhoria na rede de acesso a internet, entrega de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), desenvolvimento profissional. Outro destaque foi a realização e homologação do concurso público, já com previsão de admissão de 125 classificados em janeiro/2018 em substituição aos empregados temporários contratados devido a absorção dos sistemas operacionais sob a gestão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB) do Município de Belém. Tendo o certame também formado um **Cadastro Reserva**, ou banco de aprovados, que poderão ser chamados para contratações futuras, a critério da administração da Companhia, durante a validade do concurso (dois anos, com possibilidade de prorrogação por igual período).

DIRETORIA FINANCEIRA - RESULTADO DO EXERCÍCIO: A Receita Operacional Líquida de 2017 (R\$ 248.733.451,44) apresentou um aumento de 9,81% em relação a 2016 (R\$ 226.516.264,46), motivado pelo reajuste da tarifa de água e esgoto no percentual de 17,5% a partir de junho/2017. O Custo dos Serviços em 2017 (R\$ 262.329.584,69) apresentou um aumento de 7,01% em relação a 2016 (R\$ 245.135.023,83), acarretando um saldo negativo na ordem R\$ 13,6 milhões em 2017, R\$ 18,6 milhões em 2016. Houve outro aumento tarifário de 8,5% a partir de dezembro/2017, porém sem reflexos no faturamento deste ano. O aumento verificado no custo decorreu, principalmente, em razão aumento da Tarifa de energia elétrica, em 27,6% durante o exercício de 2017. Este impacto não foi maior nas contas da empresa, em virtude de não ter sido aplicado o percentual de reajuste salarial da data base maio de 2016 que se encontra em dissídio coletivo. O exercício de 2017 encerrou com um prejuízo antes da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 246,9 milhões, superior ao prejuízo do exercício de 2016 que foi de R\$ 161,1 milhões. O prejuízo de 2017 foi afetado principalmente em decorrência dos encargos financeiros e atualização de tributos com acréscimo de R\$ 35,4 milhões em relação ao exercício de 2016, variação cambial ativa com redução de R\$ 12,7 milhões em relação ao exercício de 2016 e R\$ 32,1 milhões referente a doação da ETE dos Residenciais Tancredo Neves e Ulisses Guimarães do Programa Minha Casa Minha Vida recebidas no exercício de 2016. O Governo do Estado aportou no exercício de 2017 R\$ 129,2 milhões, valor inferior 37,9 milhões que o aportado no exercício de 2016 R\$ 162,1 milhões, a título de aumento de capital. Destaca-se o aumento da despesa com energia elétrica, com impacto das bandeiras tarifárias no valor de R\$ 82.342.506,01 em 2017 contra R\$ 74.392.856,07 em 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de Dezembro (Valores em Reais)

ATIVO		2017	2016
CIRCULANTE	Notas Explicativas	126.002.983,93	115.412.090,55
Disponibilidade		2.193.710,66	8.424.578,08
Depósitos Bancários Livres		1.969.284,65	7.437.503,96
Depósitos Bancários Vinculados		224.426,01	987.074,12
Contas a Receber de Clientes	4	113.345.216,39	96.844.246,91
Outras Contas a Receber		4.402.029,56	3.480.977,81
Adiantamento a Funcionários		2.009.836,60	3.302.546,25
Despesas do Exercício Seguinte		469.895,76	416.496,82
Impostos e Contribuições a recuperar		2.707.319,08	2.146.729,66
Almozarifado		874.975,88	796.515,02
NÃO CIRCULANTE		1.540.500.609,78	1.531.040.714,89
Realizável a Longo Prazo		110.280.611,65	111.164.453,35
Impostos/Contribuições s/ Prej. Fiscal a Recuperar	5	84.969.800,06	88.126.945,12
Depósitos Judiciais	10	17.226.881,30	14.236.048,27
Contas a Receber de Clientes	4	8.083.930,29	8.801.459,96
Intangível Líquido	6a	788.118.474,85	827.264.952,97
Imobilizado Técnico Líquido	6b	6.306.476,57	7.917.166,69
Obras em Andamento	6b	635.795.046,71	584.694.141,88
TOTAL DO ATIVO		1.666.503.593,71	1.646.452.805,44

PASSIVO		2017	2016
CIRCULANTE	Notas Explicativas	417.558.575,01	195.772.765,81
Fornecedores		70.718.571,26	58.581.266,58
Financiamentos	7	465.640,46	480.000,00
Impostos e Contribuições	8	320.405.789,14	110.946.331,04
Contingência a Pagar	9	9.840.310,45	9.840.310,45
Outras Contas a Pagar		6.593.712,90	5.779.274,21
Provisões Trabalhistas	10	9.534.550,80	10.145.583,53
NÃO CIRCULANTE		488.504.676,55	575.683.741,44
Financiamentos	7	65.137.180,27	64.174.299,93
Impostos e Contribuições	8	279.973.823,71	368.036.590,48
Provisões para Contingências	10	58.423.872,51	55.345.905,91
Tributo Diferido		84.969.800,06	88.126.945,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		760.440.342,15	874.996.298,19
Capital Social	11a	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00
Créditos para Aumento de Capital	11b	508.537.683,77	379.347.220,55
Reserva de Reavaliação	11c	164.941.376,78	171.069.952,39
Prejuízos Acumulados		(2.213.038.718,40)	(1.975.420.874,75)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.666.503.593,71	1.646.452.805,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Notas Explicativas	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	248.733.451,44	226.516.264,46
Custo dos Serviços	13	(262.329.584,69)	(245.135.023,83)
LUCRO BRUTO		(13.596.133,25)	(18.618.759,37)
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Comerciais		(94.738.698,29)	(74.487.631,41)
Pessoal		(3.816.563,02)	(3.064.778,54)

Impostos e Contribuições a Recolher	(10.381.962,34)	(10.381.962,34)
Contingências Judiciais e Fiscais	(60.840.088,97)	(60.840.088,97)
Provisões Trabalhistas	(200.801,56)	(200.801,56)
Outras Contas a Pagar		
Disponibilidades Líquidas Geradas - Atividades Operacionais	(83.015.011,11)	(83.015.011,11)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação no Ativo Permanente	(52.406.319,53)	(52.406.319,53)
Sistema de Abastecimento de Água	(47.587.839,12)	(47.587.839,12)
Sistema de Esgotamento Sanitário	(4.658.990,81)	(4.658.990,81)
Bens de Uso Geral	(159.489,60)	(159.489,60)
Disponibilidades Geradas - Atividades de Investimento	(52.406.319,53)	(52.406.319,53)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos	129.190.463,22	129.190.463,22
Integralização de Capital	0,00	0,00
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	129.190.463,22	129.190.463,22
Disponibilidades Geradas - Atividades de Financiamentos	129.190.463,22	129.190.463,22
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(6.230.867,42)	(6.230.867,42)
No Início do Exercício	8.424.578,08	8.424.578,08
No Final do Exercício	2.193.710,66	2.193.710,66
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(6.230.867,42)	(6.230.867,42)

Despesas Gerais e Administrativas	(66.317.166,74)	(74.328.659,93)
Pessoal	(43.873.334,45)	(33.543.488,23)
Serviços de Terceiros	(14.148.387,72)	(12.864.921,96)
Depreciação, Provisões e Amortização Tributárias	(7.062.949,63)	(26.666.972,89)
Outras	(1.181.709,22)	(1.144.640,53)
Despesas/Receitas Financeiras	(71.381.481,24)	(22.629.937,76)
Juros e Encargos Financeiros	(77.967.852,86)	(42.551.712,64)
Variações Monetárias e Cambiais	397.754,23	12.714.352,28
Receitas Financeiras	6.188.617,39	7.207.422,60
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(870.084,80)	29.008.225,76
Doação	687.657,41	32.104.862,02
Outras Receitas	1.802.141,70	368.753,38
Outras Despesas	(3.359.883,91)	(3.465.389,64)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
Prejuízo por lote de 1.000 ações	(107,35)	(70,02)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
	2017	2016
Prejuízo do exercício	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação
Saldo em 31/12/2015	1.800.000.000,00	717.207.908,43	177.088.663,87
Aumento de Capital p/ subscrição	500.000.000,00	(500.000.000,00)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(6.018.711,48)
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-
Crédito para Aumento de Capital	-	162.139.312,12	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	2.300.000.000,00	379.347.220,55	171.069.952,39
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(6.128.575,61)
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-
Crédito para Aumento de Capital	-	129.190.463,22	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	2.300.000.000,00	508.537.683,77	164.941.376,78

	Prejuízos Acumulados	Total
	(1.823.483.371,88)	870.813.200,42
	-	-
	6.018.711,48	-
	3.100.548,36	3.100.548,36
	-	162.139.312,12
	(161.056.762,71)	(161.056.762,71)
	(1.975.420.874,75)	874.996.298,19
	6.128.575,61	-
	3.157.145,07	3.157.145,07
	-	129.190.463,22
	(246.903.564,33)	(246.903.564,33)
	(2.213.038.718,40)	760.440.342,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Prejuízo Líquido do Exercício	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
Reversão de provisão Contingência Trabalhista	(4.196.152,20)	(1.858.170,22)
Recuperação de Impostos	-	-
Provisão/Reversão de IR e CSLL Diferido s/ Prejuízo Fiscal	3.157.145,06	3.100.548,36
Provisão para Contingências Cíveis	5.773.347,37	24.729.506,14
Depreciação	44.175.747,17	42.984.991,73
Custos das Baixas do Ativo Permanente	54.089,77	7.828,60
Variações Monetárias e cambiais s/ Financiamentos	7.187.930,74	21.438029,59
Doações Recebidas	0,00	(32.026.012,04)
Variações nas Contas do Ativo	(19.095.064,16)	(22.782.182,94)
Contas a Receber de Clientes	(15.783.439,81)	(21.116.428,87)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(560.589,42)	329.258,15
Estoques	(78.460,86)	167.420,27
Outras Contas a Receber	318.258,96	(166.754,45)
Deposito Judicial	(2.990.833,03)	(1.996.678,04)
Variações nas Contas do Passivo	126.831.509,46	74.302.723,68
Financiamento Externo	(14.359,54)	(16.000,00)
Fornecedores	12.137.304,68	(2.525.885,51)

121.396.691,33	81.509.628,17
(6.891.532,97)	(6.709.077,82)
(611.032,73)	544.308,23
814.438,69	1.499.750,61
(83.015.011,11)	(51.159.499,81)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aplicação no Ativo Permanente	(52.406.319,53)
Sistema de Abastecimento de Água	(47.587.839,12)
Sistema de Esgotamento Sanitário	(4.658.990,81)
Bens de Uso Geral	(159.489,60)
Disponibilidades Geradas - Atividades de Investimento	(52.406.319,53)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Financiamentos	129.190.463,22
Integralização de Capital	0,00
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	129.190.463,22
Disponibilidades Geradas - Atividades de Financiamentos	129.190.463,22
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(6.230.867,42)
No Início do Exercício	8.424.578,08
No Final do Exercício	2.193.710,66
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(6.230.867,42)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA		
DESCRICOÃO	2017	2016
1 - RECEITA	196.248.301,74	217.609.315,05
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	274.314.497,67	249.321.151,21
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(77.196.111,13)	(60.720.061,92)
1.3) Outras Receitas/Despesas	(870.084,80)	29.008.225,76
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICM e IPI)	146.516.214,66	148.726.613,27
2.1) Matéria-prima Consumida	1.265.727,38	1.154.283,22
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	675.022,18	760.654,17
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	82.336.095,57	73.707.110,48
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	62.239.369,54	73.104.565,40
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	49.732.087,08	68.882.701,78
4 - RETENÇÕES	44.175.747,17	42.984.991,73
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	44.175.747,17	42.984.991,73
5 - VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	5.556.339,91	25.897.710,05
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.188.617,39	7.207.422,60
6.1) Receitas Financeiras	6.188.617,39	7.207.422,60
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	11.744.957,30	33.105.132,65
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.744.957,30	33.105.132,65
8.1) Pessoal e Encargos	155.446.591,05	141.411.011,93
- Direta	91.500.890,71	86.644.001,71
- Encargos	31.689.791,17	20.577.900,93
- Benefícios	32.255.909,17	34.189.109,29
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	25.631.831,95	22.913.523,07
- Federal	25.581.046,23	22.804.886,75
- Municipal	50.785,72	108.636,32
8.3) Juros e Variações Monetárias	77.570.098,62	29.837.360,36
8.4) Lucro(Prejuízo) Retido	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

Com o advento da Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do saneamento no país, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequarem à nova Lei. O estado do Pará aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei nº 6.099 de 30 de novembro de 1997, criando as microrregiões de saneamento básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a agência reguladora ARCON. A Companhia de Saneamento do Pará opera em 53 municípios e esta em processo de regularização das concessões, segundo a Lei Nacional de Diretrizes de Saneamento Básico, Lei 11.445/2007. Os contratos de programas celebrados até dezembro de 2017 foram com os municípios de: - Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marituba, Monte Alegre e Santarém. Total de 08 municípios. Existem concessão anterior a Lei do Saneamento, e a Constituição Federal de 1988, porém, ainda vigente no município de: - Inhangapi. Total de 01 município. Foram celebrados convênios de Cooperação com os seguintes municípios: - Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Nova Timboteua, Obidos, Ourém, Oxirima, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Soure, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viveu. Total de 31 municípios. Municípios com Concessões vencidas: - Afuá, Augusto Corrêa, Cachoiera do Arari, Capitão Poço, Jacundá, Faro, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Tailândia. Total de 13 municípios. A partir da assinatura de Contrato de programa com o município de Belém, em novembro de 2015, a COSANPA passou a atuar num cenário de regulação, através da agência reguladora municipal, a AMAE Belém. O município de Santarém assinou em 2016 o convênio de cooperação com a agência reguladora ARCON, portanto já está oficialmente sendo regulado. Os demais municípios com Contratos de Programa assinados delegaram a regulação para o Estado, ainda é necessário que os municípios celebrem um convênio com a ARCON, para iniciar o processo de regulação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis. A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2003

indicam que os mesmos se encontram subavaliados, que demandaria a novo processo de avaliação de ativos e neste caso, a Companhia não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, e optou pela não realização dessa avaliação dos ativos bem como pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

- a) Contas a Receber de Clientes** - Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.
- b) Provisão para Perdas na Realização de Crédito** - Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.
- c) Depósitos Judiciais** - São registrados pelo valor original do depósito.
- d) Estoques** - O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
- e) Intangível** - A Companhia, em atendimento a Lei nº 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 e nº Lei 11.445/07, apropriou no intangível os bens patrimoniais vinculados a operação. Serviços públicos comuns aos municípios de regiões metropolitanas, como saneamento básico e transporte, devem ser geridos por um conselho integrado pelo estado e pelos municípios envolvidos. "A região metropolitana deve, como ente colegiado, planejar, executar e funcionar como poder concedente dos serviços de saneamento básico, inclusive por meio de agência reguladora se for o caso, de sorte a atender ao interesse comum e à autonomia municipal". Foram mantidas as mesmas taxas de depreciação para as amortizações.
- f) Imobilizado** - Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade conforme nota explicativa nº 2.
- g) Investimentos** - Os investimentos são avaliados ao custo da aquisição.
- h) Imposto de Renda e Contribuição Social** - São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%. O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculados com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante.
- i) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante** - Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.
- j) Reserva de Reavaliação** - É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos reavaliados.
- k) Despesas Capitalizáveis** - Os gastos com pessoal envolvido na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.
- l) Apuração do Resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- m) Variações Monetárias e Cambiais** - Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.
- NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.**
- a)** As perdas no recebimento de créditos são constituídas com base nos limites de dedutibilidade fiscal conforme legislação vigente. E a provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise das contas a receber de clientes, especialmente sobre os valores vencidos, levando-se em consideração a expectativa de sua recuperação.
- b)** As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro:

FAIXA DE IDADE	2017			2016	
	PARTICULAR	PÚBLICA	TOTAL	TOTAL	TOTAL
A Vencer	57.628.650,98	1.001.583,78	58.630.234,76	53.979.318,20	
Vencidas até 90 dias	34.514.988,60	2.352.102,58	36.867.091,18	31.568.575,42	
Vencidas de 91 a 180 dias	25.173.716,08	758.104,66	25.931.820,74	22.656.874,35	
Vencidas de 181 a 360 dias	42.478.520,91	1.592.519,39	44.071.040,30	39.918.368,71	
Vencidas a mais de 360 dias	455.487.006,57	16.370.707,04	471.857.713,61	444.204.416,41	
Sub-total	615.282.883,14	22.075.017,45	637.357.900,59	592.327.553,09	
Perdas no Recebimento de Créditos	(497.965.527,48)	(17.963.226,43)	(515.928.753,91)	(486.681.846,22)	
Total	117.317.355,66	4.111.791,02	121.429.146,68	105.645.706,87	
Longo Prazo	8.083.930,29	-	8.083.930,29	8.801.459,96	
Curto Prazo	109.233.425,37	4.111.791,02	113.345.216,39	96.844.246,91	

c) A movimentação da provisão para perdas na realização dos créditos foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldo no Início do Exercício	(486.681.846,22)	(492.910.946,15)
Valores Registrados como Perda	(73.436.786,10)	(56.799.090,43)
Baixas Ocorridas	44.189.878,41	63.028.190,36
Saldo no Final do Exercício	(515.928.753,91)	(486.681.846,22)

NOTA 5 - INPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR - Considerando a existência de prejuízos fiscais compensáveis em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 94.416.544,26 em montante igual a provisão de IR/CSLL a pagar sobre a Reserva de Reavaliação a realizar existente, baseada na Deliberação CVM nº 599/09 (item 34 alínea "a" item 36). A administração da companhia tem expectativa de realização de prejuízos fiscais com base em resultados positivos futuros, considerando o programa de recuperação/recomposição tarifaria que será implementado nos próximos exercícios. O valor da realização do imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2017 foi de R\$ 3.157.145,06.

NOTA 6 - INTANGÍVEL E IMOBILIZADO.

a) Intangível - Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição por Conta	2017	2016
Sistema de Água	885.169.809,43	884.032.539,33
Sistema de Esgoto	51.521.505,47	51.512.850,47
Sistema de Água - Reavaliação	326.447.740,65	326.447.740,65
Sistema de Esgoto - Reavaliação	3.849.832,64	3.849.832,64
Sub-total	1.266.988.888,19	1.265.842.963,09
Amortização Acumulada - Sistema de Água	(384.751.793,01)	(354.730.160,34)

Amortização Acumulada - Sistema de Esgoto	(2.655.676,91)	(11.379.302,43)
Amortização Acumulada - Reavaliação	(81.462.943,42)	(72.468.547,35)
Total	788.118.474,85	827.264.952,97

Descrição	Taxa	Custo	Reavaliação	Amortização Custo
Terrenos	0,0	46.810.037,04	58.179.120,54	(2.051,65)
Poços	5%	20.720.493,87	1.735.562,91	(8.776.912,03)
Barragem	3%	0,00	4.534.917,51	0,00
Construção Civil	4%	241.855.769,44	92.285.196,28	(112.643.297,83)
Instalações	10%	48.857.166,76	876.676,57	(29.114.117,09)
Hidrômetros	10%	8.370.128,08	0,00	(7.296.494,25)
Ligações Prediais	5%	16.760.530,46	4.170.670,08	(6.955.352,42)
Tubulações	2%	374.963.070,13	264.825.981,96	(115.434.330,63)
Equipamentos	10%	63.832.721,67	17.961.369,82	(31.535.277,61)
Equip. Informática	20%	18.189,10	0,00	(8.999,28)
Máquinas/Tratores	25%	0,00	14.170,00	0,00
Veículos	20%	170.464,08	21.000,00	(129.783,33)
Ferramentas	20%	0,00	25.651,89	0,00
Total		822.358.570,63	444.630.317,56	(311.896.616,12)

Amortização Reavaliação	2017		2016	
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
0,00	104.987.105,93	105.705.831,60		
(1.730.085,06)	11.949.059,69	12.380.519,56		
(2.411.197,54)	2.123.719,97	2.298.413,09		
(82.458.057,01)	139.039.610,88	149.309.986,80		
(654.512,88)	19.965.213,36	24.401.364,24		
0,00	1.073.633,83	692.547,15		
(1.690.295,68)	12.285.552,44	23.130.310,04		
(68.435.555,49)	455.919.165,97	462.373.638,41		
(9.552.097,14)	40.706.716,74	46.890.492,38		
0,00	9.189,82	12.827,62		
(14.170,00)	0,00	3.138,72		
(3.088,68)	58.592,07	61.565,91		
(24.737,74)	914,15	4.317,45		
(166.973.797,22)	788.118.474,85	827.264.952,97		

b) Imobilizado - Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Em Operação		
Sistema de Água	3.756.883,55	3.756.883,55
Bens de uso Geral	30.181.003,01	30.021.513,41
Bens de uso Geral - Reavaliação	7.081.875,75	7.081.875,75
Sub-total	41.019.762,31	40.860.272,71
Depreciação Acumulada - Sistema de Água	(3.729.160,93)	(3.723.958,25)
Depreciação Acumulada - Bens de Uso Geral	(24.978.796,08)	(23.505.143,59)
Depreciação Acumulada - Reavaliação	(6.005.328,73)	(5.714.004,18)
Total em Operação	6.306.476,57	7.917.166,69
Em Construção		
Sistema de Água	506.177.540,00	461.323.869,76
Sistema de Esgoto	88.617.394,81	83.967.059,00
Bens de Uso Geral	18.900,00	18.900,00
Gerenciamento de Projeto	39.512.365,26	37.966.238,12
Implantação de Software	1.418.075,00	1.418.075,00
Obras em Processo de Imobilização	50.771,64	-
Total em Construção	635.795.046,71	584.694.141,88
Total do Imobilizado	642.101.523,28	592.611.308,57

Descrição	Taxa	Custo	Reavaliação	Depreciação Custo
Terrenos	0,0	0,01	1.010.262,22	0,00
Poços	5%	247.432,48	0,00	(247.432,48)
Construção Civil	4%	4.293.451,48	10.337.893,75	(4.051.786,07)
Instalações	20%	348.319,16	181.756,35	(348.319,16)
Hidrômetros	10%	1.432,16	1.438,94	(1.432,16)
Tubulações	2%	6.678,69	90.760,65	(6.678,69)
Equipamentos	10%	7.330.610,75	669.800,69	(5.036.201,01)
Móveis Utensílios	10%	1.443.447,01	96.741,48	(1.242.279,20)
Equip Informática	20%	2.631.333,58	6.529,72	(2.329.535,65)
Máquinas/ tratores	25%	831.062,27	31.404,94	(830.391,38)
Veículos	20%	9.894.319,80	1.465.643,79	(7.871.432,13)
Ferramentas	20%	73.782,61	25.659,78	(7.084,22)
Total	***	27.101.870,00	13.917.892,31	(21.972.572,15)

Depreciação Reavaliação	2017		2016	
	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
0,00	1.010.262,23	1.010.262,23		
0,00	0,00	0,00		
(10.312.850,29)	266.708,87	389.652,11		
(181.756,35)	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00		
(1.438,94)	0,00	0,00		
	7.109,99	8.760,83		
	(83.650,66)	8.760,83		
(620.474,13)	2.343.736,30	2.627.036,00		

(96.741,48)	201.167,81	222.756,07
(6.529,72)	301.797,93	449.547,56
(31.404,94)	670,89	6.999,62
(1.401.083,82)	2.087.447,64	3.114.474,64
(4.783,26)	87.574,91	87.677,63
(12.740.713,59)	6.306.476,57	7.917.166,69

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS.

a) Os financiamentos obtidos junto ao consórcio de bancos liderados pelo Midland Bank PLC tiveram por objetivo carrear recursos para o programa de Saneamento Básico do Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Belém, garantidos por aval da República Federativa do Brasil cuja responsabilidade pelo pagamento é do Governo do Estado. A atualização cambial do valor principal e dos juros ocorre através da variação mensal da moeda norte-americana (dólar), cujo vencimento final ocorrerá em 11/04/2024. Para a conversão do saldo em 31/12/2017, foi utilizada a cotação de US\$ 3,3080.

b) Os financiamentos tiveram a seguinte movimentação no exercício:

	2017	2016
Saldo Inicial	64.654.299,93	77.384.652,21
Juros Provisionados	2.745.440,09	2.765.578,73
Varição Cambial Incorrida	962.880,32	(12.714.352,28)
Juros Pagos	(2.759.799,63)	(2.781.578,73)
Saldo Final	65.602.820,71	64.654.299,93
Parcelas a Curto Prazo	465.640,46	480.000,00
Parcelas a Longo Prazo	65.137.180,25	64.174.299,93

NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Parcelamento - Ordinário	8.173.120,67	8.184.728,50
Parcelamento - PGFN - Justiça Federal	308.082.043,75	293.677.906,77
Depósito Vinculado - Justiça Federal	(25.943.098,91)	(16.392.783,40)
Impostos e Contribuições a Recolher	310.067.547,34	193.513.069,65
Total	600.379.612,85	478.982.921,52
Curto Prazo	320.405.789,14	110.946.331,04
Longo Prazo	279.973.823,71	368.036.590,48

b) A Companhia possui parcelamento ordinário dos tributos celebrados entre a Companhia de Saneamento do Pará, SESI e SENAI. Os parcelamentos possuem a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2017	2016
SESI	4.312.006,27	3.740.252,94
SENAI	3.861.114,40	4.444.475,56
Total	8.173.120,67	8.184.728,50
Curto Prazo	770.493,44	633.656,40
Longo Prazo	7.402.627,23	7.551.072,10

c) A COSANPA e a União, através da sua Procuradoria Fazendária firmaram um acordo judicial de parcelamento de débitos de tributos e contribuições sociais vencidos até dezembro de 2013, inscritos na Dívida Ativa da União até dezembro de 2013, ajuizados ou não ajuizados, no montante de R\$ 255.073.320,68 em 240 parcelas corrigidas pela taxa SELIC. Os valores das parcelas estão sendo depositadas em conta vinculada à justiça Federal, corrigidas pela taxa SELIC e serão convertidas em renda por ocasião de amortização das parcelas acordado entre a Companhia de saneamento do Pará e a Procuradoria Geral da fazenda Nacional:

Descrição	2017	2016
Parcelamento - PGFN - Justiça Federal	308.082.043,75	293.677.906,77
Depósito Vinculado - Justiça Federal	(25.943.098,91)	(16.392.783,40)
Total	282.138.944,84	277.285.123,37
Curto Prazo	9.600.000,00	7.200.000,00
Longo Prazo	272.538.944,84	270.085.123,37

NOTA 9 – CONTINGÊNCIA TRABALHISTA A PAGAR - O valor da contingência se refere ao

Acordo Coletivo de Trabalho da data base 2015/2016 que foi ajuizado o dissídio coletivo. O mesmo está dependendo de decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Contingência a Pagar	9.840.310,45	9.840.310,45
Total	9.840.310,45	9.840.310,45
Curto Prazo	9.840.310,45	9.840.310,45
Longo Prazo	-	-

NOTA 10 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA, QUESTÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS - A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação utilizando o critério de risco possível e provável. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas possíveis e prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia. As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais que não estejam reconhecidos. Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhista e Cível	9.791.283,17	6.342.871,64	58.423.872,51	55.345.905,91
Depósito Recursal	7.435.598,13	7.893.176,63	-	-
Total	17.226.881,30	14.236.048,27	58.423.872,51	55.345.905,91

a) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

b) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

a) Capital social em 31/12/2017 não houve integralização de capital. O capital social subscrito da companhia está composto de 2.300.000.000 ações, sendo 2.206.355.811 ordinárias e 93.644.189 preferenciais. Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas. O valor do capital social autorizado da Companhia e de R\$ 2.800.000.000,00, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2016. A composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Numero de Ações				Total	%
	Ordinárias	%	Preferenciais	%		
Governo do Estado do Pará	2.205.979.611	99,98	93.644.189	100,00	2.299.623.818	99,98
Demais Acionistas	376.200	0,02	-	-	376.182	0,02
Total	2.206.355.811	100,00	93.644.189	100,00	2.300.000.000	100,00

b) **Créditos para Aumento de Capital -** Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2017	2016
Saldo Inicial	379.347.220,55	717.207.908,43
Recursos Recebidos do Governo do Estado	129.190.463,22	162.139.312,12
Integralização de Capital	-	(500.000.000,00)
Saldo Final	508.537.683,77	379.347.220,55

c) **Reserva de Reavaliação -** Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2017 foi realizado o montante de R\$ 6.128.575,61 (R\$ 6.018.711,48 em 2016).

NOTA 12 – RECEITAS OPERACIONAIS - A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2017	2016
RECEITA BRUTA	285.932.622,84	271.858.324,59
Receita de Serviço de Água	257.405.040,63	246.706.508,31
Receita de Serviço de Esgoto	24.101.255,29	21.657.582,73
Outros Serviços	4.426.326,92	3.494.233,55
Deduções da Receita Operacional	(37.199.171,40)	(45.342.060,13)
COFINS	(21.017.940,69)	(18.736.988,03)
PASEP	(4.563.105,54)	(4.067.898,72)
Cancelamentos/Devoluções	(7.584.012,36)	(18.699.050,32)
Descontos Concedidos	(4.034.112,81)	(3.838.123,06)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	248.733.451,44	226.516.264,46

NOTA 13 – CUSTO DOS SERVIÇOS - Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2017	2016
Pessoal	(107.756.693,58)	(104.802.745,16)
Material	(1.265.727,38)	(1.154.283,22)
Energia Elétrica	(82.336.095,56)	(73.707.110,48)
Serviço de Terceiros	(39.155.391,89)	(33.941.574,07)
Depreciações e Amortizações	(43.897.652,53)	(42.683.147,71)
Outros Custos	(214.613,50)	(248.037,03)
Crédito PIS/COFINS	12.296.589,75	11.401.873,84
Saldo Final	(262.329.584,69)	(245.135.023,83)

NOTA 14 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS - Em 31 de dezembro apresentam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Doação	687.657,41	32.104.862,02
Custo de Bens e Materiais Baixados	1.802.141,70	368.753,38
Outras Despesas	(3.359.883,91)	(3.465.389,64)
Total	(870.084,80)	29.008.225,76

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Os métodos utilizados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

a) Disponibilidades: Os valores de depósitos bancários livres e vinculados, divulgados no balanço patrimonial da Companhia, estão com seus valores de mercado. **b) Contas a Receber e Contas a Pagar:** Os valores divulgados no balanço patrimonial para as contas a receber e contas a pagar, aproximam-se dos seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e ausência de atualizações monetárias sobre as parcelas vencidas de contas a receber. **c) Empréstimo em Moeda Estrangeira:** O valor do empréstimo em moeda estrangeira está atualizado pala variação cambial ocorrida até o encerramento do exercício e não incluem encargos futuros em seu saldo. **d) Outras Contas:** Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta apresenta diferença relevante entre os valores registrados e seus valores prováveis de realização. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa afetar significativamente os montantes registrados. **e) Risco de crédito:** Grande parte da população do Estado do Pará é atendida pela Companhia. Considerando o ramo de atividade, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto a Companhia tem emvidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

NOTA 16 – SEGURO - A companhia não possui apólice de seguro em vigência para os bens de sua propriedade.

CLÁUDIO LUCIANO DA ROCHA CONDE Presidente	JOÃO HUGO BARRAL DE MIRANDA Diretoria de Mercado ARLIANE CORREA DOS REIS Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística
ENEDINA ALICE FERREIRA NAHUM Diretoria Financeira FERNANDO JOSÉ DA COSTA MARTINS Diretoria de Expansão e Tecnologia	ANTONIO CARLOS CRISÓSTOMO FERNANDES Diretoria de Operações JOÃO SIMÕES DE CARVALHO NETO Contador - CRC-PA-011257/0-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA e em conformidade com a legislação vigente, apresentam à insigne Assembleia Geral, para apreciação e aprovação, parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Após exame das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2017 com informações relativas à situação econômica, financeira e patrimonial a nós encaminhado pela Diretoria da Companhia, constatamos as situações descritas em Ata de Reunião deste Conselho Fiscal, realizada em 08 de março de 2018, que merecem acompanhamento por parte da COSANPA. Assim sendo, os Membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, com base no Relatório contendo Balanço Patrimonial,

Fluxo de Caixa DFC, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2017 e Parecer dos Auditores Independentes, propõem a sua aprovação. Belém (PA), 08 de março de 2018.

ADELIA MARIA DA SILVA MACEDO
Conselheira Titular - Presidente

MÁRCIO SILVA VIANA ARAUJO
Conselheira Titular

MARIA CRISTINA MAUÉS DA COSTA
Conselheira Titular

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Ílmos. Srs. Diretores e Acionistas da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA Belém - PA

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva - 1) Os exames efetuados nos controles internos da Companhia para os saldos do Ativo Não Circulante do Ativo Imobilizado (técnico em uso e de obras em andamento) e Ativo Intangível, indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas patrimoniais e resultado, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre os saldos dessas contas. **2)** Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3e, 3f e 6, a Companhia não efetuou estudo para avaliação da vida útil restante e de valor residual dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e Intangível, para definição das novas taxas e bases de cálculos das depreciações e amortizações, conforme estabelecido pela Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R3) – Ativo Imobilizado. Como consequência, não nos foi possível mensurar os possíveis efeitos decorrentes da utilização de taxas de depreciação e amortização pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Intangível, Patrimônio Líquido e Resultado nos exercícios de 2017 e 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - 1) Conforme as demonstrações de resultados dos exercícios comparativos, a Companhia tem incorrido na apuração de sucessivos prejuízos líquidos, sendo no exercício de 2017 R\$ (246.904) mil e em 2016 de R\$ (161.057) mil. Na composição do patrimônio líquido o saldo dos prejuízos acumulados totalizam o montante de R\$ (2.213.039) mil até 2017 e de R\$ (1.975.421) mil até 2016. Os últimos dados apresentados sobre o desempenho operacional da Companhia indicam a existência de riscos que podem gerar incertezas quanto sua capacidade de continuidade operacional, cuja posição para ser revertida dependeria do aumento de aportes de recursos financeiros durante os exercícios futuros por parte de seu acionista controlador, bem como da implantação de um plano de recuperação econômica capaz de promover o crescimento nos níveis de sua arrecadação com redução dos custos e despesas. As demonstrações contábeis estão preparadas sob o princípio contábil da continuidade operacional, supondo a utilização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal das operações. O Governo do Estado do Pará aderiu ao programa nacional de privatização das empresas do setor público de saneamento básico, instituído pelo Governo Federal, sendo contratado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, uma empresa de consultoria para a realização dos estudos de modelagem econômica. **2)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia presta serviços para 53 municípios do Estado do Pará, sendo que apenas 9 municípios estão com suas concessões regulares, 31 municípios funcionam com convênio de cooperação e 13 municípios não tem acordo de cooperação e os contratos de concessão estão vencidos. No exercício de 2015 foi celebrado o contrato de programa com o município de Belém e região metropolitana. Os contratos de concessão vigentes têm prazos que variam de 20 a 30 e atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras de concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.261/09 alterada pela nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da Companhia, considerando as pendências existentes para os contratos de concessão ainda não convertidos, decidiu manter no ativo imobilizado o montante R\$ 6.306 mil (R\$ 7.917 mil em 2016), correspondentes aos ativos vinculados a contratos de municípios ainda não formalizados. Não nos foi possível determinar os impactos do processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei do Marco Regulatório, e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia. **3)** Conforme descrito na nota explicativa nº 4, a Companhia possui o montante de R\$ 121.429 mil (R\$ 105.646 mil em 2016), sendo R\$ 113.345 mil no Ativo Circulante e R\$ 8.084 mil no Ativo Não Circulante, referente aos saldos líquidos de contas a receber de usuários do sistema, representados por faturas a vencer e vencidas e dos saldos com parcelamentos negociados de faturas em atraso. A Companhia adota como política para reconhecimento da provisão para perdas de créditos, as faturas vencidas há mais de 180 dias de particulares e órgãos públicos. O montante da provisão para perdas no recebimento de créditos totaliza R\$ (515.929) mil (R\$ (486.682) mil em 2016). No exercício de 2017 a média de faturamento mensal da Companhia foi de R\$ 23.000 mil para uma arrecadação média de R\$ 16.000 mil, o que representa 70% de liquidez para a realização do faturamento em razão do índice médio de 30% da inadimplência. Consideramos que os índices de inadimplência sobre o faturamento da Companhia e sua política para o reconhecimento das perdas de crédito, resultam em frequentes ajustes sobre os saldos das contas a receber de usuários, com reflexos sobre saldos do Ativo Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido.

4) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 84.970 mil (R\$ 88.127 mil em 2016), registrados no Ativo Não Circulante, cujos valores estão limitados ao total da provisão passiva de tributos diferidos calculada com base no saldo a realizar da Reserva de Reavaliação de Ativo Intangível. A realização dos saldos de créditos fiscais ativos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Considerando que os resultados futuros podem não corresponder com as expectativas da administração da Companhia, os saldos dos ativos fiscais diferidos estarão sujeitos a ajustes contábeis com reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **5)** Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia possui um acordo judicial feito com Procuradoria Geral da Receita Federal - PGFN para o pagamento de dívidas previdenciárias e não previdenciárias, ajuizadas e não ajuizadas, mediante cronograma de amortização em 240 parcelas com vencimento final até dezembro de 2034. O valor fixado para pagamento mensal do cronograma de amortização da dívida acordada é calculado a razão de 5% do montante da arrecadação mensal da Companhia, sendo o pagamento das parcelas de amortização efetuado através de depósitos em juízo. A Companhia possui outros débitos previdenciários e não previdenciários alguns em processos de parcelamento

que estão sendo pagos e outros não ajuizados, totalizam o valor de R\$ 600.380 mil (R\$ 478.983 mil em 2016), sendo o valor de R\$ 320.406 mil classificados no Passivo Circulante e R\$ 279.974 mil no Passivo Não Circulante. O total das amortizações pagas em juízo relativas aos débitos ajuizados e acordados judicialmente totalizaram o montante de R\$ 25.943 mil (R\$ 16.393 mil em 2016). A atualização dos saldos com os débitos tributários integrantes do acordo judicial e dos outros débitos parcelados e não parcelados, foram efetuadas com base em levantamento interno realizado pela Companhia e outros através de extrato das dívidas obtidos junto a Receita Federal (RFB / PGFN). Consideramos que esses montantes estão sujeitos a eventuais alterações para ou para menos, decorrentes da necessidade de ajustes contábeis para atualização das dívidas pelos seus montantes efetivos, quando da consolidação dos valores nos processos do acordo judicial e demais parcelamentos, com reflexo nas contas patrimoniais relacionadas do Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **6)** Conforme descrito nas notas explicativas nºs 9 e 10 sob a rubrica de Provisão para Contingências, a administração da Companhia adota posição conservadora e reconhece provisão para perdas sobre as contingências trabalhistas e cíveis com avaliação de risco de perdas prováveis e possíveis. O montante das contingências contabilizadas foi de R\$ 68.264 mil (R\$ 65.186 mil em 2016), sendo classificado o valor de R\$ 9.840 mil no Passivo Circulante e R\$ 58.424 mil no Passivo Não Circulante. Na opinião dos consultores jurídicos e dos administradores os valores contabilizados são considerados suficientes para cobrir os prejuízos decorrentes das perdas nos processos. Dependendo das decisões finais nas demandas judiciais em tramitação, após sentenciadas, poderá ocorrer a necessidade de ajustes contábeis para mais ou para menos sobre os valores dessas provisões para contingências, com reflexo sobre os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. **7)** Conforme descrito na nota explicativa 11b no exercício de 2017 foi recebido do acionista controlador Governo do Estado do Pará o montante de R\$ 129.190 mil (R\$ 162.139 mil em 2016) destinados ao financiamento do custeio da Companhia e para investimento em obras de infraestrutura, os quais são considerados a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo acumulado dos adiantamentos recebidos do acionista controlador para futuro aumento de capital totalizam o valor de R\$ 508.538 mil (R\$ 379.347 mil em 2016). Não existe formalização do compromisso e data estabelecida, através de assembleia dos acionistas, para a efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos adiantamentos recebidos para aumento de capital por parte do acionista controlador. A falta de formalização da natureza dos créditos para aumento de capital por parte do acionista controlador, bem como a falta de prazo contratual estabelecido em assembleia de acionista, pode gerar incerteza quanto à efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos referidos créditos, com reflexos sobre os saldos do Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido. **8)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações.

Principais assuntos de auditoria - Sistemas integrados de gestão - A Companhia não possui sistema integrado de gestão, que permita a integração das informações contábeis, financeiras, administrativas e departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes setores. Atualmente, a Companhia opera com um sistema para o módulo contábil e outro sistema para os demais módulos da Companhia. Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações sistêmicas para unificar estes módulos. Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, avaliação e eficácia operacional dos principais controles internos relacionados ao processo implementados pela Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado** - Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nos examinadas, com emissão de relatório datado de 24 de fevereiro de 2017, contendo modificações quanto aos itens 1 e 2 do parágrafo de "Base para opinião com ressalva", e ênfases para os assuntos mencionados nos parágrafos 2, 4, 5 e 8. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos que existe incerteza quanto à continuidade operacional da empresa e estamos incluindo ênfase autoexplicativa sobre o assunto.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos

aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Recife, 28 de fevereiro de 2018. - AudiLink & Cia. Auditores - CRC-RS 003688/O-2 S-PA - Roberto Caldas Bianchessi - Contador CRC/RS 040078/O-7 S-PA